Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

PAUTA DA REUNIÃO DO CNDM – 02/09/2004

1. Leitura e aprovação da ata anterior
2. Avaliação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
3. SPM e Agenda Internacional
4. Caso Lena Lavinas

ATA DA VI REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2004

Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, às nove horas e trinta e cinco minutos, na sala de eventos da cobertura do Hotel Aracoara, situado no Setor Hoteleiro Norte, Quadra 05, Bloco C, Asa Norte, Brasília-DF, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), para tratar da seguinte pauta: 1)Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Avaliação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e das diretrizes aprovadas; 3) SPM e Agenda Internacional; 4) Pendências regimentais e o caso Lena Lavinas. Estiveram presentes as seguintes Conselheiras representando a Sociedade Civil: I) Schuma Schumaher; II) Nilza Iraci Silva; III) (Suplente) Maria Diva de Pinho Oliveira IV) Maria Ednalva Bezerra de Lima; V) Márcia de Campos Pereira; VI) Raquel Felau Guisoni VII) Ana Luisa Fernandes Gonçalves; VIII) Suplente Iria Martins; IX) Maria Noeli dos Santos; X) (Suplente) Dalva Maria Thomaz Rocha; XII) (Suplente) Helena Ribeiro da Silva; XIII) Eline Jonas; XIV) Ana Maria Silva Soares; XV) Nalu Faria Silva; XVI) Clara Charf; XVII) Albertina de Oliveira Costa. Conselheiras Governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire e a Secretária Adjunta Maria Laura Sales Pinheiro; II) Maria José de Oliveira Araújo; III) Rosylane Doris de Vasconcelos, representando Lúcia Helena Lodi; IV) Denise Antonia de Paula Pacheco; V) Rita de Cássia Munk; VI) Dulcineia Miranda, representando Flávia Gomes Galiza; VII) Hildézia Medeiros; VIII) Renata Leite, representando Andréa Lorena Butto Zarzar. A **Ministra Nilcéa Freire**, deu inicio à reunião cumprimentando as Conselheiras e apresentando a proposta de pauta, ressaltando a intenção de sempre se ter um tema de conteúdo para o Conselho discutir, no caso desta reunião a agenda internacional da Secretaria, e incentivando as conselheiras para que passem a propor temas para que o Conselho possa fazer discussões substantivas. Passou então a palavra para Sonia Malheiros Miguel, coordenadora da agenda Internacional da SPM. **Sonia Malheiros** apresentou o relatório já distribuído para as conselheiras, com o levantamento das atividades da SPM junto a organismos internacionais: ONU, OEA, Mercosul e seus mecanismos, destacando que pela primeira vez uma brasileira, Silvia Pimentel, participa do comitê Cedaw. Lembrou o papel da SPM de implementar as políticas traçadas pelas grandes conferências internacionais (Viena, Cairo, Beijing, Durban) acrescentando que nos fóruns internacionais há posições conservadoras, que querem rever os compromissos das conferências, e posições mais democráticas que defendem a reafirmação dessas conferências. Salientou ainda que vários países têm hoje mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres, e que a relação da SPM com esses organismos tem sido nos

fóruns regionais e globais, havendo, contudo, a perspectiva de estreitar relações com alguns deles diretamente, especialmente os da América Latina, destacando que a transversalidade da perspectiva de gênero também está sendo incorporada em outros países. Lembrou que a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres também tratou do cenário internacional, no sentido de monitoramento e implementação dos acordos internacionais assinados pelo Brasil. Destacou ainda que o Brasil se relaciona de forma autônoma e independente no cenário internacional: dialogamos positivamente no tema da violência contra a mulher e enfrentamos um embate político em temas como direitos reprodutivos e livre orientação sexual, salientando que a SPM expressa posição do Governo de afirmação de direitos humanos. A **Ministra Nilcéa** acrescentou que o trabalho na área internacional tem a dimensão de ser uma atuação independente e propositiva, reafirmando o papel que o governo Brasileiro vem assumindo de liderança progressista no continente e também permitindo que esses espaços de discussão internacional possam ter reflexo positivo para dentro da cena nacional, garantindo os avanços que têm sido obtidos nos acordos e convenções internacionais. Para este trabalho a SPM contou com o apoio decisivo do Ministério das Relações Exteriores, tendo tido como parceiro o Embaixador Tadeu Valadares, agora substituído pela Ministra Maria Luiza Viotti. A SPM está pautando para a reunião de novembro da REM, Reunião Especializada de Mulheres do Mercosul, a discussão do ingresso de organizações não-governamentais nas suas reuniões, afirmando a posição favorável do Brasil por entender que os fóruns têm que ser abertos à participação da sociedade civil, devendo os Conselhos também ter participação nestes fóruns. **Maria José Araújo (Ministério da Saúde)** informou que o Brasil apresentou documento para a Comissão de Saúde Sexual do Mercosul., um trabalho realizado em parceria do Ministério da Saúde com a SPM, intitulado "Saúde Sexual e Reprodutiva: uma Política para o Mercosul". O Brasil tem a coordenação da comissão, e o documento, considerado avançado nas posições e na proposta de participação da sociedade civil, foi aprovado. Acrescentou que a próxima reunião dos ministros do Mercosul, onde a Comissão estará presente, será no Brasil em 29/30 de novembro. **Hildézia Medeiros (MDS)** considerou um avanço se discutir a agenda internacional, sugerindo que dentro desta dimensão se trabalhe também uma interlocução com a Comissão de Países de Língua Portuguesa, como espaço de cooperação, onde o Brasil tem influência. **Maria Ednalva (CUT)** observou que, dentro dos organismos do Mercosul, o Observatório do Mercado de Trabalho possui seções em cada país, realizando pesquisas de mercado de trabalho, acrescentando que inexplicavelmente a pesquisa feita na seção do Brasil não tem considerado a questão de gênero. Observou ainda que em alguns fóruns internacionais a participação das mulheres ainda é reduzida, dando como exemplo a OIT. Lembrou que o Brasil é signatário de duas convenções da OIT muito importantes para as mulheres, a convenção 111 (que trata de formas de discriminação no trabalho) e a 100 (sobre orientação sexual). Acrescentou que o Brasil apresentou no Mercosul uma proposta sobre a livre circulação de trabalhadores e trabalhadoras, que ainda não foi assinado pelos outros países, lembrando que isto pode ser conseguido com o importante trabalho que a SPM vem desenvolvendo na área internacional. **Nilza Iraci (Articulação de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras)** destacou a participação de mulheres negras em atividades internacionais, lembrando que a Articulação tem integrado a delegação oficial do governo brasileiro. Na reunião da Cepal, no México, com representantes da América Latina e Caribe, Nilza foi eleita como representante da América Latina, salientando que é a primeira vez que uma mulher negra tem esta representação. Aponta a importância de se montar agenda preparatória para Beijing + 10, em março/2005, no sentido de se impedir que as posições mais conservadoras apontem um retrocesso em relação aos direitos que já foram conquistados. Pergunta então como nós podemos preparar uma celebração, comemorando e reafirmando as

conquistas, num trabalho em conjunto SPM e a sociedade civil. Reafirmou que foi fundamental a participação das mulheres do Brasil e elogiou o protagonismo da Ministra Nilcéa e o trabalho junto com a sociedade civil. Concluiu dizendo que a participação do Brasil tem estimulado delegações de outros países a incluir feministas nas suas delegações oficiais. **Schuma Schumaher (AMB**) considerou-se contemplada pela fala da Nilza, enfatizando a preocupação de se ter uma estratégia conjunta sociedade civil/governo para Beijing+10 para enfrentar os setores mais conservadores. Acrescentou outro ponto: nos prepararmos para outro evento no próximo ano, a semana Brasil/França. Parabenizou a SPM pela preparação do documento sobre a área internacional **Dalva Rocha (Fórum de Mulheres do Mercosul**) parabenizou a SPM pela elaboração do documento da área internacional, e lamentou não ter tido representante na reunião do Mercosul, entendendo que a data coincidiu com a da última reunião do Conselho. Perguntou se é possível ter um documento de identificação de membro do CNDM, uma "carteirinha", para que as conselheiras não recebam nenhum questionamento em relação à defesa das mulheres nos seus estados. **Eline Jonas (União Brasileira de Mulheres)** encaminhou sugestão: assim como as embaixadas do Brasil promovem atividades que divulgam a cultura brasileira no exterior, fazer uma solicitação ao Ministério das Relações Exteriores para que sejam programadas atividades que divulguem a realidade da mulher brasileira e suas lutas. Parabenizou a SPM pela elaboração do relatório da área internacional e indagou, sobre o item IV ("Pontos de diálogo e tensões") até que ponto o governo tem condição de sustentar posicionamento baseado no movimento social, em relação a assistência à saúde, interrupção voluntária da gravidez e livre orientação sexual. **Maria José (Min. Saúde**) ofereceu material sobre a Comissão de Direitos Sexuais e Reprodutivos do Mercosul, destacando ter sido encaminhado documento à Comissão de Desenvolvimento recomendando que as questões de gênero sejam incluídas em todas as demais comissões daquele organismo. Sobre a sugestão da "carteirinha" do CNDM, diz que no antigo Conselho tinha, e serviu num caso em que precisou intervir em delegacia no interior da Bahia: foi a "carteirada do bem". **Nalu Faria (Marcha Mundial das Mulheres**) salientou a necessidade de se ter uma estratégia para o trabalho na área internacional, considerando-se a multiplicidade de organismos e a demanda de trabalho a realizar, lembrando também a necessidade de nos prepararmos para o próximo Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005. Destacou a necessidade de se discutir as questões da OMC (Organização Mundial de Comércio), buscando uma outra lógica do comércio internacional que não permita o acesso a mercados em troca de serviços. Concluiu pedindo informações sobre a relação com a Comissão de População e Desenvolvimento. **Márcia Campos (Confederação das Mulheres do Brasil**) congratulou-se com a SPM e o Conselho pelo debate, que nos deu a dimensão da atuação do Brasil na área internacional, lembrando que o fato de as entidades serem convidadas a contribuir na formulação das políticas é uma conquista. Parabenizou também o governo, pois ao integrar as ações da sociedade civil, é um exemplo para os outros países. Sobre Beijing + 10, salientou que devemos identificar de onde vem a tentativa de retrocesso, afirmando que nesses 30 anos de movimento de mulheres, nosso país tem sido exemplo, ao superar as dificuldades e respeitar o trabalho das companheiras. **Ana Maria Soares (Rede Nacional Feminista)** parabenizou a SPM pelo trabalho nos acordos internacionais destacando a importância da participação da representação da sociedade civil nas conferências internacionais. Reforçou a necessidade da identificação (carteirinha) nos espaços que as conselheiras ocupam, para o exercício do controle social. **Clara Charf** identificou o avanço que representa o Conselho discutir política internacional, lembrando que é preciso formar quadros para esse trabalho. Sugeriu que se produza material, por exemplo, uma cartilha para nossas militantes poderem explicar nas suas bases, pois muitas mulheres não conhecem as siglas, afirmando que a luta do Presidente Lula para fortalecer o Mercosul tem que ser

acompanhada pelas mulheres. Informou sobre o projeto 1000 Mulheres para o Premio Nobel da Paz/2005, destacando que no Brasil chegou-se a uma cota enorme: 262 biografias completas e acrescentou que, como 1975 foi Ano Internacional da Mulher, devemos comemorar no ano que vem 30 anos deste evento**. Maria Ednalva (CUT)** agradeceu o trabalho desenvolvido pela SPM na área internacional, destacando a importância do Mercosul na integração regional. Acrescentou que o Ministério do Trabalho criou uma comissão tripartite (governo, empresários e trabalhadores) para a questão de igualdade de oportunidade de gênero e raça. Como integrante desta comissão, participou de Seminário na Argentina que proporcionou discussão interessante sobre a participação das mulheres nas estruturas de trabalho. Concluiu acrescentando que a cartilha sobre a área internacional proposta pela conselheira Clara Charf é uma necessidade do movimento sindical. **Dulcineia Miranda (Ministério da Cultura),** representando a Assessora Técnica Flavia Galiza, informou sobre a Semana do Brasil na França: a Secretaria de Articulação Internacional do Ministério da Cultura está organizando a programação, que vai durar todo o ano, sugerindo que seja agendada uma reunião da SPM/Conselho com esta Secretaria do Minc para participação no evento. **Raquel Guisoni/CNTE** considerou o relatório apresentado bastante enriquecedor, destacando que nossas tarefas não se limitam ao Brasil. Pediu esclarecimento sobre o trabalho com a Unesco, dada a importância da questão educacional. Anunciou que 28 de setembro é Dia Interamericano pela Descriminalização do Aborto, e indagou como podemos participar. Sobre as próximas eleições, ressalta a importância da participação política da mulher, e sugere reunir as eleitas em Brasília. **Ministra** passou para a aprovação da ata da reunião anterior do CNDM (aprovada por unanimidade) e apresentação da nova colaboradora da SPM para o Conselho, Susana Cabral. Informou sobre o relatório realizado pela SPM com o IPEA e a UNIFEM sobre o Objetivo 3 dos Objetivos do Milênio, ressaltando que a questão da mulher está presente em todos, direta ou indiretamente, a começar pelo primeiro, uma vez que 70% dos que vivem abaixo da linha de pobreza no mundo são mulheres. Em seguida, fez um relato sobre a participação da SPM na Unctad em SP, onde participou de uma Mesa sobre "Gênero e Comércio Exterior", e esclareceu sobre a Comissão de População e Desenvolvimento, atualmente em momento de composição de seus membros e onde a SPM quer ter participação. Sobre os limites políticos da atuação da SPM, observou que na relação do governo com o movimento social não há ambigüidade. Juntamente com a ministra Matilde, no México, teve o privilégio de representar o Brasil com liberdade de ação, enquanto outras representantes estavam sob pressão dos seus países, salientando que isto corresponde a uma política do governo brasileiro. Lembrou que a campanha pela legalização do aborto é papel da sociedade civil e não do governo, enfatizando que num espaço público não há posições pessoais. Ministra deixou como proposta para dinamização do Conselho a criação de câmaras temáticas com reuniões específicas, dando como exemplo de tema a cooperação em ações internacionais. Acrescenta que internamente a Secretaria está se organizando em torno de 4 temas (Trabalho, Educação, Saúde e Violência), o Conselho pode acompanhá-los para a criação das câmaras temáticas. **Sonia Malheiros (SPM**) esclareceu que o levantamento apresentado no relatório está em processo de pesquisa, devendo ser aperfeiçoado e permanentemente complementado. Acrescentou que como a demanda é grande, não se pode participar de todos os fóruns de forma contundente, portanto há que priorizar. Ressalta a importância do Conselho para ajudar a definir prioridades. **Intervalo para almoço. Retorno às quatorze horas e vinte minutos**. **Ministra** abriu a segunda parte com o informe sobre o vídeo apresentado na Conferência, que foi presenteado pela SPM às conselheiras. Passou a palavra para Ângela Fontes, da Subsecretaria de Planejamento de Políticas para as Mulheres da SPM, para falar sobre os encaminhamentos para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. **Ângela Fontes (SPM)** informou que os resultados da

Conferência estão na página da SPM na Internet, e que haverá a publicação dos "Anais da Conferência". Em 26 de agosto foi instalado o Grupo de Trabalho, que fará reuniões semanais. As representantes dos Ministérios estão levantando o que já está contemplado nas suas áreas, identificando as ausências e discutindo como implementar as políticas, acrescentando que a estrutura do plano parte das políticas gerais para o detalhamento de um plano de ação governamental. **Ministra** esclareceu que a primeira reunião formal do Grupo de Trabalho seria no dia seguinte, esclarecendo que o GT tem que tomar as diretrizes da Conferência e transformá-las em políticas públicas para as três esferas de governo e que a esfera federal vai pactuando com estados e municípios, devendo o trabalho estar pronto até o final do ano. **Clara Charf** relatou caso de companheira militante que disse não saber ler/escrever bem, nem fazer projetos, lembrando que temos que assumir o compromisso de alfabetizar todas as mulheres adultas. **Albertina Costa** destacou que a Conferência expressou a mobilização da sociedade civil, daí a importância de se ter um plano de ação com metas definidas. Apontou conflitos entre as aspirações da sociedade civil e as políticas do governo (ex: aborto) e indagando o que é realmente o Plano. **Ministra** esclareceu que a Conferência se fez no seu processo, foi amadurecendo, afirmando não ver conflito entre as políticas propostas pela Conferência e as do governo e acrescentando que o objetivo é a elaboração de uma política atemporal, de estado, e não de governo. **Rosylane (MEC)** informou, sobre a proposta de alfabetização de mulheres adultas feita por Clara, que dentro do Mec há o programa de alfabetização, com ações concretas, prioridades, prazos e recursos. **Márcia Campos (CMB)** comunicou que o projeto Habitar recebeu prêmios (mães/chefes de família construindo moradias) destacando que as mulheres se organizam para tarefas masculinas. **Dalva Thomaz (Fórum de Mulheres do Mercosul)** falou sobre a alfabetização de mulheres como uma questão de cidadania, ressaltando a importância de projetos com os conselhos estaduais e municipais. **Ministra** esclareceu que no programa Brasil Alfabetizado as mulheres são maioria em todas as turmas. A Conselheira **Maria Ednalva (CUT)** considerou a avaliação do processo da Conferência como fundamental, destacando a importância do diálogo entre governo e sociedade na construção conjunta das políticas públicas. Agradeceu a confiança nela depositada pela representação do Conselho no GT. **Nalu Faria (Marcha Mundial das Mulheres)** destacou que na Conferência houve um salto de qualidade do debate em relação às conferências estaduais e que se deve manter o debate, a partir da SPM e do Conselho. **Maria José (Min.da Saúde)** observou durante a Conferência que há mulheres interessadas dentro do governo, o que facilita a aplicação do plano. Indagou: quais são os mecanismos de acompanhamento e avaliação, lembrando que, sendo um país de dimensões continentais, devemos trabalhar, por exemplo, com as Forças Armadas, na preocupação de que o Plano seja executado. Passado este ponto, a Ministra propôs encaminhar as alterações regimentais, passando a palavra para a Secretária Adjunta**, Maria Laura Sales Pinheiro,** que esclareceu que a Casa Civil considerou que não há impedimento para a inclusão da OAB. Sobre a substituição da representante da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, feita a consulta à assessoria jurídica da Presidência, ficou esclarecido que cabe às entidades indicarem suas próprias representantes, acrescentando que a SPM tem o mesmo entendimento. Para estas mudanças será feita a alteração dos decretos de estruturação e composição do CNDM**. Ministra** encaminhou as modificações para o referendum do Conselho, já que havia sido debatida e aprovada em reunião anterior a inclusão da OAB (especificamente a Comissão Nacional da Mulher Advogada). Na votação, foram registrados 12 votos a favor, 2 contrários e 5 abstenções . Além disso, foi aprovado por unanimidade o entendimento de que a representação no Conselho é definida pela entidade. **Schuma Schumaher (AMB)** fez um relato, a pedido da Ministra, do caso Lena Lavinas: economista feminista, hoje professora da UFRJ, que quando ocupava cargo na OIT,

em Genebra, sofreu assédio moral por seu superior; fez a denúncia e sofreu muitas pressões. Depois de 3 anos o Tribunal Administrativo das Nações Unidas deu ganho de causa para ela. Lena afirmou que só teve sucesso por que havia um acordo dentro da OIT, mas este acordo foi suspenso. Schuma sugeriu então que seja feito um encaminhamento ao Secretário-Geral Kofi Annan manifestando nossa indignação. **Ministra** acrescentou que a tramitação do processo foi longa, e que a SPM e a SEDH fizeram gestões de apoio através de documento em março de 2003, sugerindo que o Conselho se manifeste sobre o caso. A conselheira Schuma foi indicada para redigir um documento que será submetido às conselheiras por e.mail, e posteriormente encaminhado para o Ministério das Relações Exteriores como posição do Conselho e da Secretaria. A seguir, a Ministra passou à questão da anencefalia: liminar do Ministro Marco Aurélio Mello, do STF autorizou mulheres grávidas de fetos com anencefalia a interromperem a gestação; STM fez documento sobre o caso, acrescentando que os Conselhos da OAB e de Direitos Humanos apoiaram a liminar , com base no documento apresentado pela STM na ocasião. Em seguida, consultou se o CNDM também referenda o documento, já distribuído para as conselheiras. **Ana Luisa (Mulheres de Negócios)** elogiou o documento da Secretaria, manifestando orgulho de fazer parte do Conselho. **Maria José (Min. Saúde)** informou que o Ministério da Saúde divulgou nota técnica para cumprimento da liminar sobre antecipação do parto de fetos anencéfalos, acrescentando que o ministério tem recebido pressões. **Ministra** destacou a importância do Conselho e da SPM apoiarem as posições avançadas que o Min. da Saúde está tomando. Em seguida, encaminhou a votação, sendo o texto aprovado por unanimidade. Sobre a denúncia de violência sexual encaminhada pela conselheira Ana, Ministra sugeriu que seja oficialmente encaminhada à SPM, o que foi acatado. Em seguida, a Ministra faz algumas comunicações: 1)lançamento do Manual de Valorização da Mulher para as Empresas, pelo Instituto Ethos, dia 1.9, em São Paulo - 2) Campanha da violência contra a mulher em novembro: cartazes, filmete na TV, campanha nacional - Conselho pode sugerir formas do lançamento nacional -3) Seminário e Oficina "Intersecção das Desigualdades de Raça e Gênero: Implicações para as Políticas Públicas e os Direitos Humanos" - dias 13 e 14 no Rio, promoção O Globo, IBAM,SPM,SEPPIR, propondo a participação de 3 conselheiras. Apresentaram-se Eline Jonas, Nilza Iraci e Maria Noeli. Para concluir, Ministra sugeriu que seja feita uma consulta por e.mail sobre as comissões temáticas, e encerrou a reunião. O encontro foi gravado em fita cassete. Depois de lida e aprovada a Ata, ela será assinada pela presidenta do CNDM e pelas demais Conselheiras para que se produza o seu efeito legal.